



**COALIZÃO  
BRASIL**  
CLIMA, FLORESTAS  
E AGRICULTURA

# COMO O SETOR PRIVADO UTILIZA DADOS SOBRE DESMATAMENTO

## Levantamento da Coalizão identificou aplicações e dúvidas das empresas

A Força-Tarefa Dados de Desmatamento, do Fórum de Diálogo de Desmatamento da Coalizão Brasil, convidou empresas a responder um questionário sobre como o setor privado utiliza dados de desmatamento para a tomada de decisão em suas operações e, principalmente, sobre quais são as lacunas e as principais dúvidas no uso dessas informações. As respostas foram enviadas de forma virtual entre os meses de outubro e dezembro de 2020.

Cerca de 70 participantes de 60 diferentes instituições do setor privado (agroindústria e setor florestal), instituições financeiras, consultorias especializadas que atendem empresas desses setores e também institutos de pesquisa, instituições governamentais e não governamentais enviaram suas respostas. **O objetivo do mapeamento foi identificar possíveis ações nas quais o Fórum pode se engajar para ajudar a melhorar a ação do setor privado no combate ao desmatamento por meio da utilização desses dados.**

## PERFIL E USO DOS DADOS

### PARTICIPANTES

70  
participantes

60  
diferentes instituições do  
setor privado

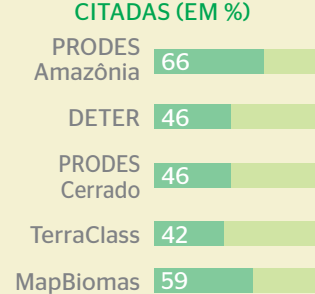
#### SETORES

- Agroindústria
- Florestal
- Financeiro
- Consultorias especializadas que atendem empresas desses setores
- Institutos de pesquisa
- Institutos governamentais
- Institutos não governamentais

### DADOS UTILIZADOS

90%  
dos participantes já utilizam  
dados de desmatamento em  
processo de decisão

#### FONTES MAIS CITADAS (EM %)



42%  
utilizam dados de fontes  
secundárias produzidos por  
parcerias ou consultorias

### FREQUÊNCIA E FORMATO

24%  
dos participantes  
utilizam diariamente  
esses dados

25%  
dos participantes  
utilizam mensalmente  
esses dados

68%  
utilizam os dados  
em formato  
especial para análise

65%  
utilizam agregados  
em nível municipal  
para referência

### FINALIDADE

64%  
uso para avaliação de  
regiões para implantação  
de novos negócios

36%  
monitoramento  
de fornecedores

25%  
monitoramento das  
áreas produtivas de  
propriedade da empresa

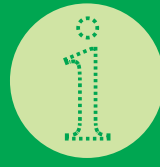
23%  
avaliação de  
risco de crédito

20%  
monitoramento da  
carteira de crédito

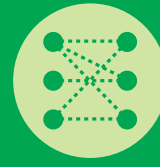
## DÚVIDAS DO SETOR PRIVADO



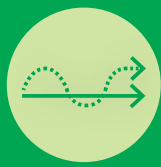
FALTAM INFORMAÇÕES  
SOBRE O OCUPANTE (CPF/  
CNPJ) DAS ÁREAS COM  
DESMATAMENTO



AUSÊNCIA DE  
INFORMAÇÕES PARA  
VERIFICAR A LEGALIDADE  
DO DESMATAMENTO



DIFICULDADE EM  
CRUZAR DADOS DE  
DESMATAMENTO COM  
OUTRAS INFORMAÇÕES



NECESSÁRIA SIMPLIFICAÇÃO  
NA DISPONIBILIZAÇÃO E  
ACESSO AOS DADOS



DÚVIDAS SOBRE  
ATUALIZAÇÃO, ESCALA OU  
DETALHAMENTO DOS DADOS



QUESTIONAMENTOS SOBRE  
A CREDIBILIDADE DOS  
DADOS OFICIAIS

## DADOS UTILIZADOS

A maioria dos participantes relatou que sua instituição **já utiliza dados de desmatamento** nos processos de decisão (90%) e as fontes de dados mais citadas foram as oficiais produzidas pelo INPE: **PRODES Amazônia** (66%), **DETER** (46%), **PRODES Cerrado** (46%) e **TerraClass** (42%). Além disso, mais da metade citou utilizar dados do **MapBiomias** (59%), uma iniciativa colaborativa em rede formada por ONGs, universidades e empresas de tecnologia. Interessante observar que quase a metade (42%) relatou utilizar dados de fontes secundárias, produzidos por parcerias ou consultorias, que fornecem os dados já analisados ou com cruzamento com outras informações, como é feito, por exemplo, no Grupo de Trabalho da Soja - GTS e no Protocolo Verde de Grãos do Pará.

## FREQUÊNCIA E FORMATO

Sobre a frequência de utilização, um a cada quatro (24%) participantes relatou que utiliza **diariamente** esses dados e uma fração semelhante (25%) disse usar **mensalmente**, sendo que a maioria utiliza os dados em **formato espacial** para análise com outras informações (68%) e **agregados em nível municipal** para referência (65%).

## FINALIDADE

A diversidade nas finalidades de uso dos dados foi um grande destaque que reforçou a importância desse tipo de informação. As mais citadas foram: uso para **avaliação de regiões para implantação de novos negócios ou operações** (64%), **monitoramento de fornecedores** (36%), **monitoramento das áreas produtivas de propriedade da empresa** (25%), **avaliação de risco de crédito** (23%) e **monitoramento da carteira de crédito** (20%). Foram mencionados também o uso para estimar **emissões de Gases de Efeito Estufa**, analisar **riscos regionais de desmatamento**, construir argumentos de **comunicação e posicionamentos institucionais** e elaborar **cenários de expansão da soja e pecuária**.

## DÚVIDAS

As dúvidas e dificuldades no uso dos dados elencadas pelos participantes, principal foco do levantamento, se dividiram, de forma geral, em seis linhas.

Uma das mais citadas foi a **ausência de informações para verificar a legalidade do desmatamento**, diferenciando o autorizado (legal) do ilegal. Os participantes argumentaram que essa diferenciação é chave para identificar desmatamentos ilegais de limpeza de áreas e poderia reduzir especulações sobre o tema e fazer convergir esforços governamentais. Recentemente, a importância da transparência e disponibilidade das Autorizações de Supressão Vegetal (ou Autorizações de Desmatamento) para possibilitar atestar a legalidade do desmatamento foi destacada pela Coalizão como uma das **"Ações para queda rápida do desmatamento"**.

Outra dificuldade apontada por vários participantes foi a de **cruzamento de dados de desmatamento com outras informações**. Algumas das informações citadas foram: cruzamento com dados de atividades produtivas específicas, como soja e pastagens; dados de infraestrutura, como silos, esmagadoras, abatedouros; dados de financiamento bancário; áreas consolidadas; áreas recuperadas; impacto na biodiversidade e água.

A dificuldade mais citada foi a de **obter informações sobre o ocupante (CPF / CNPJ) das áreas com desmatamento**, já que o CAR disponibiliza essa informação apenas nos estados de Mato Grosso e Pará e, ainda assim, apenas através de consulta individual. Houve também uma sugestão de criação de plataforma para emissão de certidão negativa de desmatamento.

Além do cruzamento, alguns participantes relataram que seria necessária uma **simplificação na forma de disponibilizar e acessar essa informação**, com dados já tratados e agregados por mês, por exemplo, de forma que pudessem incorporar o uso e as análises na própria empresa e evitar depender de contratação de parceiros especializados. Essa demanda pode explicar por que mais de 40% dos participantes relataram utilizar dados já analisados fornecidos por parceiros ou prestadores de serviço ao invés de acessarem diretamente a fonte.

Outro tipo de dificuldade relatada é em relação à **atualização, escala ou detalhamento dos dados**. Foram levantadas dúvidas sobre a acurácia e resolução dos dados disponíveis, que são necessárias para consultas na escala de propriedade. Surgiram também dúvidas quanto aos metadados (informações relacionadas aos dados de desmatamento), à data exata de ocorrência dos desmatamentos e à disponibilidade de dados sobre desmatamento em biomas como Pampa, Pantanal, Mata Atlântica e Caatinga. Por fim, alguns participantes levantaram também questões sobre a **credibilidade dos dados oficiais**, devido ao risco de interferência política nos órgãos responsáveis pela geração dessas informações.

## PRÓXIMOS PASSOS

Parte das principais dúvidas sobre a utilização de dados levantada pelos participantes possui elementos disponíveis que podem servir como resposta e trazer esclarecimentos, já outras ainda precisam ser solucionadas. A FT Dados de Desmatamento irá, a partir de agora, debater os próximos passos que podem ajudar a solucionar essas dúvidas e estimular o uso dos dados de desmatamento pelo setor privado.

A Força-Tarefa Dados de Desmatamento, do Fórum de Desmatamento da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, agradece a todos que contribuíram com este levantamento.



**COALIZÃO  
BRASIL**  
CLIMA, FLORESTAS  
E AGRICULTURA